
Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Local: Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina – PR.

Data: 12 de junho de 2019.

1 Aos doze dias do mês de junho de dois mil e dezenove foi realizada reunião ordinária deste
2 Conselho de Assistência Social, em segunda convocação às 13h45min, no Campus Ipolon: Rua
3 Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008, Londrina – PR. Estiveram presentes o (a)s seguintes
4 conselheiro (a)s: Luiz Alberto Mangili, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Rodrigo Eduardo Zambon,
5 Renata Gomes Simões, Sara Elaine Oliveira Alexius, Maria Inês Louro, Claudia Renata Favaro,
6 Gisélia Duarte Dias Paulino, Luciana Ferreira Alvarez, Marina B. de Andrade, Neusa Harumi Tiba,
7 Lucimar Rodrigues da Silva, Claudio Roberto Rufino, Cassinéia Caberlin, Paulo Henrique de Aguiar,
8 Telma Andrade de Carvalho Pitta, Claudio Marcio de Melo, Luana Garcia Campos, Alexandra C. R.
9 da Silva, Adriana Martinelli Casagrande, Denise Maria Fank de Almeida , Aldeneide Fernandes da
10 Silva, Priscila Aparecida da Silva, Edna Costa de Oliveira, Leonardo Aparecido Gomes, Carmelita
11 Alexandre da Conceição. Estiveram presentes também os seguintes participantes: Neiva m^a T.
12 Lopes – Morada de Deus, Danilo A. M. Pereira - S.O.S, Kleber Maricato – LBV, Mariana Barcellos
13 Pinheiro – Casa Acolhedora, José M. Albertoni – Lar Anália Franco, Uani R. Barbosa – Casa de
14 Maria C.A.D, Elza Coutinho Gregoris – Adevilon, Adriana Fabia L. Paschoal – Associação Flávia
15 Cristina, Andressa Suntou – Meprovi, Adriana Cosmo Moreira – CRAS sul A, Genoveva S. P.
16 Oliveira, Jaqueline Aparecida Teles Gavassa – CRAS Centro A, Lidia C. L. Loback – Nuselon,
17 Janaina Arruda Messias – Espro, Carlos da Silva – CRAS Norte A/Usuário, Flavia Josiane Motta –
18 CMAS.A presidente do Conselho Neusa Tiba, iniciou a reunião relatando que estaria presidindo só
19 mais duas reuniões, a reunião em andamento e a próxima que será realizada no dia 26/06/2019,
20 pois após essa data o CMAS- Conselho Municipal de Assistência Social será conduzido por outros
21 conselheiros da nova gestão. Lembrou que a primeira reunião do mês de julho será a Conferência
22 Municipal de Assistência Social. Enquanto aguarda a presença dos conselheiros para formar o
23 quorum qualificado para tratar dos assuntos pautados, Neusa relatou sobre a reunião realizada no
24 último dia 07/06/2019 com a assessoria dos Parlamentares (Deputado Federal) que representam o
25 município no legislativo federal, conforme deliberado pelo CMAS, na ocasião da deliberação dos
26 recursos advindos da Emenda Parlamentar para as OSCs Asilo São Vicente de Paulo e para a
27 Congregação das Irmãs Pequena Missão. Relatou que foram enviados os convites para os
28 parlamentares, convidando para participarem de uma reunião junto a esse conselho sobre
29 deliberações de recursos advindas de emendas parlamentares para o Município de Londrina no
30 âmbito da Política de Assistência Social. Informou que as pessoas presentes realizaram a
31 apresentação das demandas existentes no Município e foi solicitado para que parte dos recursos
32 possam ser destinados para a deliberação da partilha pelo CMAS, proposta esta que foi acolhida
33 pelas assessorias dos parlamentares Diego Alexander Gonçalo Paula Garcia, Emerson Miguel
34 Petriv, Filipe Barros Baptista de Toledo Ribeiro e Luísa dos Santos Silveira (Canziani), para ser
35 discutido com os respectivos Deputados. Ficou acordado ainda que as respectivas assessorias
36 agendarão visitas nos serviços para conhecer as demandas dos territórios de Londrina. Segundo
37 Neusa os deputados não puderam comparecer por terem outra agenda na ACIL e enviaram seus
38 representantes. Não houve presença e nem manifestação da Deputada Luísa dos Santos Silveira

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

39 (Canziani). A presidente informou que a foto do evento e a release se encontra publicado no site do
40 CMAS. A Presidente do CMAS, Neusa Tiba deu sequência a reunião apresentando a Pauta a seguir
41 para conhecimento e deliberação em plenária: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2.13h50:
42 Aprovação da Ata: 08/05/2019; 3. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e
43 Adolescentes: alteração de metas e valores; 4. Recurso do IGD-Bolsa Família e Cadastro Único; 5.
44 Relato de comissões: a) Comissão de Fundo: B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e
45 Avaliação de projetos e Programas; c) Comissão de Legislação; 5. Apresentação do Plano de
46 Trabalho do Programa ACESSUAS; 6. XIII-Conferencia Municipal de Assistência Social do
47 município de Londrina; 7. Relato da participação dos conselheiros no 130º Encontro de Apoio
48 Técnico do FNAS; 8. Informes. A pauta foi aprovada pela maioria presente. 2. Aprovação da Ata:
49 08/05/2019: Neusa Tiba apresentou a ata para apreciação e aprovação da plenária, apontou que a
50 mesma já havia sido corrigida como solicitado por alguns conselheiros, sendo aprovada pela
51 maioria da plenária. 3. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: alteração
52 de metas e valores: Luana Garcia Campos relatou que comissão de fundo havia se reunido na
53 manhã da quarta-feira 12/06/2019, onde discutiram o redirecionamento das metas de acolhimento
54 institucional de crianças e adolescentes. Luana Garcia fez o resgate de como ficaram essas metas
55 ociosas, lembrando que o CMAS já havia discutido o reordenamento do acolhimento de criança e
56 adolescente anteriormente. O remanejamento refere-se a 10 metas da guarda subsidiada e 5
57 metas da família acolhedora para compor os valores de reordenamento das 100 metas do
58 acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Luana ressaltou que o aumento de valor
59 seria apenas para os acolhimentos a quem aderissem ao reordenamento, observando que a Casa
60 de Passagem não entraria nesse processo, por já receberem um valor de meta diferenciado. A
61 conselheira Denise Maria Fank de Almeida pediu esclarecimento dos motivos desse valor
62 acumulado. Luana explicou que está atrelado a irregularidade no repasse da união ao município,
63 pois a gestão municipal precisou manter os serviços pagando os serviços prestados as entidades
64 mesmo sem receber os recursos da União, com recursos próprios. Quando esses recursos
65 chegaram ficaram acumulados na conta. A conselheira Giselia perguntou se não diminuiu vagas e a
66 conselheira Luana informou que não, uma vez que foram redistribuídas da Casa de Maria para
67 família acolhedora. Neusa Tiba perguntou se a proposta de reordenamento seria apresentada na
68 presente reunião. A conselheira Sara, Gerente de Alta Complexidade/Diretoria de Proteção Social
69 Especial/SMAS, explicou que o reordenamento seria para adequar o serviço em conformidade às
70 legislações em vigência e, que a elaboração do mesmo seria um processo em etapas junto às
71 entidades e a primeira delas, já está em fase final de conclusão. Neusa explicou que deveriam fazer
72 uma reunião conjunta com CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
73 para que possamos elaborar uma Resolução Conjunta, pois o cumprimento deste plano de
74 reordenamento, deverá ser fiscalizado pelo CMDCA e CMAS. Lídia C. L. Loback, representante do
75 Acolhimento NUSELON, observou que foi o Ministério Público que cobrou sobre o repasse do
76 recurso, pois as entidades executam um serviço público do município e para se adequar precisa de
77 recursos, pois os repassados são insuficientes. Lídia falou que esse repasse foi cobrado pelo MP
78 justamente porque são insuficientes quando tem que cumprir várias coisas que deveriam ser
79 ofertadas pela rede de serviços e não são, pelas políticas de assistência, saúde, educação, entre
80 outras. Lídia ressaltou que o acolhimento seria a casa deles e que os atendimentos deveriam ser
81 realizados fora da casa, mas estão indo na contramão e cobrando para que os acolhimentos
82 realizem as atividades dentro do acolhimento. Lídia solicitou providências desse conselho para que

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

83 se apropriem da discussão e não obriguem os acolhimentos a retrocederem, pois, deixar a criança
84 e adolescente só dentro seria tirar o direito de viver em sociedade, seria uma segregação urbana. A
85 Conselheira Sara, abordou que não se trata de culpabilizar o acolhimento, mas dar condições para
86 os mesmos se reordenarem, lembrando que isso não saiu da cabeça de uma pessoa, mas o que
87 estão solicitando tem embasamento nas legislações vigentes. Lidia ainda ressaltou que as
88 legislações devem ser cumpridas, contudo deve-se conhecer o serviço e realidade da rede de
89 serviços a qual esse serviço está inserido, para não retroceder nos avanços conquistados. Neusa
90 Tiba perguntou quando seria apresentado o plano de reordenamento para aprovarem o repasse do
91 recurso. A Senhora Uani R. Barbosa, representante da casa de Maria falou que a Casa de
92 Passagem tem assumido cada vez mais o papel do atendimento da rede, por falta de acolhida
93 desses adolescentes nos diversos serviços e há uma ausência de cobrança do MP nesse sentido.
94 Sara colocou que um dos apontamentos do Ministério Público é que os profissionais tenham que
95 estar dentro das unidades. Sara ressaltou a importância de realizar as atividades fora dos
96 acolhimentos, mas ressaltou que dentro também precisam ocorrer e para isso precisa reordenar e
97 terem uma metodologia definida. Genoveva S. P. Oliveira representante do Lar Anália Franco
98 relatou que a construção de uma metodologia e criar espaços de atividades internas é muito difícil
99 pela dificuldade de se capacitar a equipe de educadores, há muita rotatividade, baixos salários, e
100 acaba recaindo qualquer decisão para a equipe técnica. A presidente Neusa, ressaltou a
101 importância de uma resolução conjunta com CMDCA para fazerem o processo de reordenamento
102 com vistas a trazer benefícios para as crianças e adolescentes que necessitam do serviço. O
103 conselheiro Claudio Melo, relatou que atua como conselheiro também no CMDCA e que esse
104 assunto não teria sido discutido no referido conselho e observou que para deliberarem precisariam
105 fazer a discussão do assunto antes, pois sem essa discussão não iriam deliberar sobre orçamento.
106 Neusa Tiba sugeriu que Sara apresente o plano de reordenamento na próxima reunião do
107 conselho, para que este possa aprovar o orçamento previsto para o reordenamento. A Sara
108 respondeu que isso dificultaria o processo, pois teriam urgência de encaminhar resposta ao MP.
109 Neusa sugeriu que seja aprovado a proposta de remanejamento e destinação do referido recurso,
110 bem como os valores recebidos de fontes externas, mas com a ressalva, colocando como condição
111 de repasse a assinatura do Termo com a compromisso de cumprimento das condições
112 estabelecidas na Resolução conjunta entre CMAS e CMDCA que tratará do plano de
113 reordenamento, para evitar prejuízo no atendimento ao público. A proposta foi levada para
114 apreciação da plenária e foi aprovada condicionado a aprovação do plano de reordenamento no
115 CMDCA e CMAS, visto que o efetivo repasse só seria feito a partir disto. **4. Recurso do IGD-Bolsa**
116 **Família e Cadastro Único:** Renata Favaro, Gerente do Transferência de Renda, relatou que
117 discutiram sobre o recurso do IGD-Bolsa Família na última reunião da comissão de fundo. Renata
118 falou que já foram comprados os carros, computadores e que a resolução que compraria os 25
119 tablets poderia ser redirecionada para ser gasto em outras coisas, entre elas capacitações, diárias
120 para cadastradores, ressaltando a importância da capacitação, visto que o processo de trabalho
121 incorreto poderia inviabilizar o acesso da família ao benefício. Renata sugeriu alteração da
122 resolução, direcionando o valor de R\$25.000,00 para despesas com diárias no valor de R\$4.650
123 (quatro mil e seiscentos e cinquenta reais) e despesas com correios no valor de R\$ 20.350,00
124 (vinte mil e trezentos e cinquenta reais), pois o envio de correspondência é bem intenso. O Senhor
125 Carlos perguntou se houve mudanças na idade para receber o BPC - Benefício de Prestação
126 Continuada. Renata respondeu que não mudou nada, mas teriam propostas de mudança constante

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

127 na reforma da previdência que será discutida do congresso. Senhor Carlos também perguntou
128 sobre o BPC bloqueado. Renata relatou que está conversando com Selma do INSS, pois parece
129 que recorrer para desbloqueio seria tudo online pelo INSS. Renata lembrou que o público não teria
130 como fazer recursos online e seriam muito prejudicados. Marina observou que o CRAS Rural
131 atendeu situação de bloqueio, pelo usuário não ter feito o CAD, e o INSS informou para usuário
132 ficar ligando dia a dia para resolverem a situação, logo isso inviabilizaria o acesso do usuário.
133 Renata disse que precisaria verificar a situação, Marina respondeu que a própria recepção havia
134 ligado e confirmado a informação com registro do número de protocolo no IRSAS. Renata relatou
135 que bloqueia por dois meses e se o usuário não fizer a solicitação de desbloqueio ele perderá o
136 benefício tendo que entrar com pedido novamente. Após discussão Neusa Tiba solicitou apreciação
137 da plenária para aprovação da proposta da realocação do recurso. Proposta foi aprovada pela
138 maioria. Na sequência, Renata, apresentou a prestação de contas referente a realização do
139 cadastro único no período de 06/04 a 11/05, onde foram agendados 1971 cadastros, foram
140 preenchidos 1245 e 811 não compareceram para atendimento, pontuou que nos referidos mutirões
141 conseguiram incluir demandas reprimidas e várias famílias acessaram pela primeira vez ao
142 benefício Bolsa Família e que as agendas estão com prazo razoável de espera. 5. Apresentação do
143 Plano de Trabalho do Programa ACESSUAS: Rodrigo Zambon, Gerente de Inclusão Produtiva,
144 apresentou o plano de trabalho do programa Acessuas trabalho, sinalizou que o plano será
145 direcionado ao público da política de Assistência Social e demais políticas e, também explicou que
146 será um OSC parceria para execução do programa, mediante chamamento público. Marilda
147 representante da Casa do Caminho perguntou se poderiam fazer parcerias com essas entidades
148 para que as oficinas fossem realizadas nos SCFV. Rodrigo explicou que sim, pois essas parcerias
149 fazem parte do planejamento para execução do plano de trabalho do Acessuas. Neusa falou que na
150 apresentação desse plano, toda a rede socioassistencial deverá ser convidada para fazerem essas
151 parcerias, pois todas as famílias dos atendidos poderiam se beneficiar desse programa. 6. Relato
152 de comissões: a) Comissão de Fundo: B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e Avaliação
153 de projetos e Programas; c) Comissão de Legislação: Neusa Tiba explicou que foi enviado um
154 projeto de lei para mudança da lei que regulamenta o conselho Municipal de Assistência social e
155 que o mesmo voltou com indicação de correções, mas que quanto ao prazo para realização das
156 conferências municipais, iriam solicitar que continue com ordinárias a cada 4 anos, conforme
157 previsto na NOBSUAS 2012. Rodrigo falou que deveriam seguir a legislação federal para
158 conferências no período de 4 em 4 anos, no entanto, fizeram uma emenda de dois em dois anos.
159 Rodrigo sugeriu que enviem novamente solicitando alteração do texto para seguir a legislação em
160 vigência, para que as conferências ordinárias sejam realizadas a cada 4 anos e a extraordinária
161 após dois anos para avaliarem se as propostas estariam sendo executadas. A presidente Neusa
162 informou que recebeu nesta semana e-mail do Conselho Estadual de Assistência Social convidando
163 para a reunião a ser realizada no dia 10 de julho, para discutir sobre as Conferências. No entanto,
164 já está agendado nesta data a realização da Conferência Municipal de Assistência Social de
165 Londrina, para não perder o prazo legal para nomeação dos novos conselheiros no início de agosto.
166 Neusa sugeriu a realização das Prés Conferências em cada CRAS e Centro POP, no qual poderão
167 indicar 5 delegados usuários titulares e 5 delegados suplentes, pela rede de serviços (considerando
168 que no II Plano Decenal há metas que diz respeito a atuação na perspectiva da intersectorialidade
169 das diversas políticas públicas) e pelos trabalhadores do SUAS. A conselheira Giselia falou que
170 muitos Municípios irão aguardar a Conferência Estadual e Londrina não aguardará e perguntou no

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

171 que isso implicaria. Neusa explicou que pela lei Municipal não teriam como aguardar, pois, os
172 conselheiros não poderão permanecer após vencimento de mandato. Claudio observou que foi
173 discutido em Brasília sobre a falta de paridade dos conselhos e o boqueio de recursos. Que nomear
174 os conselheiros dentro do antigo formato iria implicar novamente a questão do cumprimento de
175 paridade para funcionamento do CMAS para recebimento de recursos. O conselheiro, Luis Mangili -
176 assessor do Gabinete da SMAS sugeriu que se acrescentasse no final do projeto de Lei o indicativo
177 dando poderes ao conselho a realizar nova eleição de conselheiros a partir da aprovação de novos
178 conselheiros. Foram levantadas questões pela plenária de como seriam essa nova eleição, como
179 contaria novo mandato para aqueles que ficaram apenas 1 ou 2 meses e após teria uma nova
180 eleição nos moldes da nova lei. Neusa observou que as vacâncias tem sido um problema e o
181 município tem constantemente respondido por isso, correndo o risco de ter o repasse de recursos
182 bloqueado. Senhor Carlos disse que também é papel do conselheiro cobrar dos usuários para
183 participarem das Prés Conferências, conseguir a representação necessária. A Conselheira Marina
184 Andrade e Jaqueline Teles, coordenadora do CRAS Centro A questionaram se os Conselheiros
185 iriam participar das prés conferências. Neusa respondeu que sim, pois seria o CMAS responsável
186 pela coordenação da Conferência e das prés conferências. Relatou que após todos os serviços
187 enviarem as datas seria realizado uma escala para que pudessem garantir a participação de um
188 conselheiro governamental e um conselheiro da sociedade civil em cada pré conferencia. O
189 conselheiro Rodrigo sugeriu que propôs realizar em conjunto a pré dos trabalhadores com a pré da
190 rede socioassistencial. Neusa explicou que não tem como fazer em conjunto, pois os trabalhadores
191 seriam da rede socioassistencial, serviços da politica de assistência social, mas quando se trata de
192 prés das entidades incluem todas as políticas públicas. Para tanto sugeriu 3 formatos de prés
193 conferências: pré com usuários dos CRAS, uma para trabalhadores e outra para rede intersectorial.
194 Claudio falou que seria difícil cumprir todas as três etapas. Luana também falou que seria inviável
195 pelo pouco tempo, sugeriu que deixasse a avaliação da rede para os novos conselheiros fazerem.
196 Neusa sugeriu fazerem junto pré de trabalhadores e rede, e sinalizou a importância de formar uma
197 comissão para fazerem os contatos e garantirem a participação de representantes de outras
198 políticas, enviando ofício aos secretários. Marina lembrou que os representantes das diversas
199 políticas estariam presentes no GIACA e poderiam ser convidados, pois durante todo o ano
200 participam das discussões da rede e teriam todas as possibilidades para realizarem a avaliações do
201 trabalho da Assistência Social no território. A presidente ressaltou a importância de a comissão
202 organizadora encaminhar ofícios para os secretários municipais em conformidade a nova proposta
203 de composição do CMAS para indicar seus representantes. Neusa informou que as servidoras
204 Samia e Gisele da SMAS estão preparando o diagnóstico do município territorialmente e que o
205 apresentariam no dia da Conferência, junto com o Relatório de Gestão da Secretaria de Assistência
206 Social. Quanto ao relatório de Gestão deste Conselho, a presidente propôs que cada coordenador
207 das comissões do CMAS fará a apresentação dos trabalhos realizados nessa gestão e, a mesa
208 diretora também fará o relato. Dessa forma, segundo Neusa Tiba, todos poderiam participar deste
209 processo de avaliação evitando que a fala do conselho seja centralizada numa única pessoa. Foi
210 deliberado pela plenária a data para realização da pré dos trabalhadores juntamente com a rede
211 socioassistencial para o dia 01 de julho de 2019 no período da manhã ficando de definir o local,
212 Caritas ou Guarda Mirim. B) Comissão de Acompanhamento de Serviços e Avaliação de projetos e
213 Programas: Comissão de Acompanhamento: o conselheiro Rodrigo Zambon, abordou a questão da
214 OSC –INAVIVA, que conforme deliberação em reunião anterior, foi encaminhado ofício sinalizando

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

215 que a entidade deveria regularizar o quadro de recursos humanos, visando atender a Tipificação
216 Nacional de Assistência Social ou caso tivesse interesse proceder o pedido de inscrição na
217 modalidade Defesa de Direitos. Rodrigo relatou que a OSC, apresentou a contratação de um
218 coordenador, que não atende os critérios da legislação pertinente. Após discussão, a plenária
219 deliberou pelo envio de novo ofício, solicitando resposta em três dias, caso não haja interesse da
220 OSC, proceder-se-á o cancelamento de inscrição. 7. Relato da participação dos conselheiros no
221 130º Encontro de Apoio Técnico do FNAS: o conselheiro Claudio Rufino, relatou que o curso iniciou
222 com a abertura da presidente do Conselho Nacional de Assistência Social e com o técnico da
223 Secretaria do Fundo Nacional de Assistência Social. Após as apresentações a condução dos
224 trabalhos foram realizados pelo Sr. André Yossan, técnico do ministério, que iniciou os trabalhos
225 explicando sobre os Blocos de Financiamento da Assistência Social, de acordo com o técnico, há
226 flexibilização na utilização dos recursos dentro de cada bloco de financiamento. Na sequência foi
227 explicado sobre a Suspensão e Priorização nos repasses dos recursos do Fundo Nacional de
228 Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social. Segundo a Portaria 36/2014, o
229 município que tem 12 parcelas de recursos financeiros em conta tem os repasses bloqueados
230 (suspensão), além disso, o Fundo Nacional trabalha com a priorização de repasses de recursos, ou
231 seja, o Cronograma de Pagamento é priorizado para os Fundos Municipais que não tem recursos
232 financeiros em conta, os que têm recursos em conta mesmo que seja inferior a 12 parcelas
233 recebem os recursos após os municípios que possuem menos parcelas em conta. O orçamento da
234 União é até a modalidade de aplicação, ou seja, a união não empenha por Elemento de Despesa,
235 assim, segundo os técnicos do ministério a execução dos recursos é de responsabilidade da
236 Secretaria Municipal de Assistência Social. O conselho Municipal de Assistência Social delibera
237 sobre a Política de Assistência Social, ou seja, a aplicação dos recursos dentro dos Blocos da
238 Assistência Social (a secretaria executiva do Ministério está aberta para responder as demandas
239 dos municípios). Segundo os técnicos do Ministério, o município que não tiver o Plano Municipal de
240 Assistência Social aprovado pelo conselho e o mesmo não estiver funcionado com composição
241 paritária, será impedido de receber recursos federais (Fundo Nacional de Assistência Social para os
242 Fundos Municipais de Assistência Social). O técnico do ministério explicou também, que as
243 transferências voluntárias serão realizadas dentro dos blocos de financiamento, que será
244 operacionalizado pelo Ministério. Todavia, cada parlamentar terá 16 milhões de recursos para
245 Emendas Parlamentares, destas 50% tem que ser destinadas para a Política de Saúde e os 50%
246 restante livre para outras políticas. As emendas parlamentares podem ser feitas com destinação de
247 recursos para entidade de assistência social, e segundo os técnicos do ministério a aplicação dos
248 recursos é vinculado ao objeto da emenda parlamentar. Após a apresentação dos relatos,
249 respondeu há alguns questionamentos da plenária. A reunião foi encerrada às 16h45, sendo o que
250 havia a ser relatado, eu, Marina Bertonccini de Andrade, segunda secretaria deste Conselho, redijo
251 a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para apreciação e aprovação.